FLUXO CONTÍNUO
ISSN: 2763-6496
REVISTA COLETA CIENTÍFICA
EDITORA COLETA

Revista Coleta Científica, Ano 06, Vol. VI, n.11, jul.-jul.,2022

ISSN: 2763-6496

DOI: 10.5281/zenodo.6772807

Debates sociofilosóficos sobre avaliação emancipatória: a dialética da nova cultura e práticas educacionais contemporâneas

Discussions on social philosophy about emancipatory evaluation: the dialectic of the new culture and contemporary educational practices

Recebido: 02/03/2022 | Aceito: 09/06/2022 | Publicado: 28/06/2022

Luciani Costa Batista
https://orcid.org/0000-0002-5325-7980
http://lattes.cnpq.br/0621923604087895
Centro Universitário de Goiás, UNIGOIÁS, Brasil
E-mail: lucianicom20@gmail.com

Ronaldo dos Santos Guimarães
https://orcid.org/0000-0001-7046-7544
http://lattes.cnpq.br/9304204665375343
Centro Universitário de Goiás, UNIGOIÁS, Brasil
E-mail: rguimaraes1998@gmail.com

Lourivaldo Sátiro de Souza Filho
https://orcid.org/0000-0001-7147-8093
http://lattes.cnpq.br/020071708338378
Centro Universitário de Goiás, UNIGOIÁS, Brasil
E-mail:esp.satiro@gmail.com

Resumo
Este trabalho tem por finalidade debater os aspectos sociofilosóficos de práticas avaliativas emancipatórias por meio da educação e seus reflexos, em que considera – se o processo de diálogo para uma nova cultura educacional na sociedade contemporânea. Para isso, são levantados os contextos políticos de emancipação do indivíduo pela educação, em Freire (1967), na avaliação em Luckesi (2005), e nas concepções de democracia e escola, numa abordagem de Saviani (2021) entre outros. O estudo perpassa desde os princípios da educação, as metodologias de avaliação escolar e a democratização do saber. Aponta-se a filosofia educacional desenvolvida por Paulo Freire, suas contribuições para o letramento e alfabetização de adultos, em uma concepção de liberdade, criticidade, cultura e emancipação dos educandos a partir da alfabetização como ferramenta do saber e da apropriação do conhecimento, por isso, o presente artigo observa a realidade do processo escolar de ensino aprendizagem, suas formas de democratização e emancipação, fazendo jus às situacionalidades de uma época que dialoga com o sistema de educação utilizado ao longo dos anos, para o sistema atual, além de criticar a forma como se tem encarado a avaliação na tentativa de torná-la menos excludente e mais emancipatória.

Palavras-chave: Debate. Educação Emancipadora. Paulo Freire. Democratização Do Saber. Prática de Liberdade. Avaliação.

Abstract:
This work aims to discuss the socio-philosophical aspects of emancipatory evaluative practices through education and its reflexes, in which the process of dialogue for a new educational culture in contemporary society is considered. For this, the political contexts of emancipation of the individual through education are raised, in Freire (1967), in the evaluation in Luckesi (2005), and in the conceptions of democracy and school, in an approach by Saviani (2021) among others. The study permeates from the principles of education, as well as the methodologies of school evaluation, and the democratization of knowledge. The educational philosophy developed by Paulo Freire is pointed out, and its contributions to adult literacy and literacy in a conception of freedom, criticality, and culture and emancipation of students from literacy as a tool of knowledge and appropriation of knowledge, by Therefore, this article observes the reality of the school teaching-learning process and its forms of democratization and emancipation, living up to the situationalities of a time that dialogues with the education system used over the years, for the current system, in addition to criticizing the way evaluation has been viewed in an attempt to make it less excluding and more emancipatory.

Keywords: Debate. Emancipating education. Paulo Freire. Democratization of knowledge. Practice of freedom. Assessment.

Introdução

Este artigo de revisão bibliográfica acerca dos debates que envolvem a avaliação como mecanismo de aprendizagem traça um olhar crítico para os métodos de avaliação recomendados pela escola, verifica como está sendo aplicada a avaliação em sala de aula e qual o sentimento do estudante diante deste esquema de avaliatório. Ao tentar compreender o real sentido de uma avaliação e a forma como ela pode ser utilizada em benefício do estudante e da escola, monta-se uma expectativa de sucesso da avaliação. A sociedade da educação está em constante mudança e as formas de avaliar o que é ensinado na escola têm entrado em discussão a partir do momento que os estudantes não conseguem utilizar aquilo que se aprendeu para a sua aplicação prática na vida.

Em um mundo de economia mundializada, de educação 5.0 e de *School* 21, a forma de avaliar também precisa se atualizar para superar os métodos de classificação e exclusão dos alunos, revisitando os processos avaliativos de modo que torne a avaliação cada vez mais emancipatória e menos excludente.

Neste artigo, discute-se se que a avaliação não é apenas uma forma de avaliar se o aluno aprendeu o conteúdo, ou se, na pior das hipóteses, entendeu o mínimo do que proposto em sala de aula, e ainda, se o professor utiliza as mesmas práticas autoritárias de outrora em torno da avaliação sendo verbal ou não, na tentativa de trazer a avaliação a ser entendida como uma forma de ajudar o estudante, usando-a como disciplinamento social, que faça com que este não perca o interesse e motivação para estudar.

Ao longo da revisão bibliográfica estudada, entende-se que para a avaliação ser considerada emancipatória, ela deve ser uma prática de liberdade para que o aluno se torne autônomo e livre para errar e procurar meios para acertar/aprender. Assim, ao moldar indivíduos livres para pensar, para resolver problemas e cidadãos participativos na sociedade e na política, pois, começa-se a pensar a educação na atualidade como uma reparação do que aconteceu décadas atrás.

Para que isso ocorra deve ser aplicada uma nova redemocratização do saber e da educação, principalmente, na primeira infância que esta seja de qualidade para todos. Logo, este trabalho de revisão pretende resgatar a ideia de avaliação por vários autores, ao fazer o contraponto com os métodos utilizados na atualidade, a grande cartada que resta é compreender se a escola atual está pronta para implementar a nova forma de pensar a avaliação.

A metodologia utilizada para avaliar a educação com o passar do tempo, objetivou fazer uma linha de abordagens de diversos autores, extraindo a percepção que cada um tem de educação e qual o conceito de avaliação que eles apresentam, e, ainda nas definições de avaliação, como prática a ser construída, os diversos autores se divergem, dialogam e se convergem, que, mesmo que todos os estudantes saibam ler e escrever, devem e precisam pensar a educação contra a reprodução de conteúdo de um sistema político, que vejam a avaliação como prática de emancipação para autonomia política econômica e social.

A pedagogia da liberdade em Freire: a busca pela autonomia no processo de aprendizagem e a democratização do saber

A visão da liberdade trazida pela pedagogia freiriana tem uma posição de grande peso, porque, ao mesmo tempo que mostra que a prática de liberdade está para os jovens educandos, ela contém a ideia de substituição de uma escola tradicionalmente "autoritária". Na visão de Weffort (1967, p. 4), "[...] é a matriz que atribui sentido a uma prática educativa que só pode alcançar efetividade e eficácia na medida da participação livre e crítica dos educandos[...]", traz uma inquietação de que a preocupação para uma pedagogia que promova uma certa liberdade no educando, isto é; com a participação autônoma, leva em consideração que a educação para o pensamento crítico faz-se necessária para a compreensão e leitura da realidade na qual os estudantes vivem, superem questões de marginalidade que o cercam, ou ainda na qual um determinado grupo social vive.

A educação, como passaporte para a liberdade, promove a autonomia na trajetória educacional do aluno, que aliada ao pensamento crítico, por meio de debates sociais e filosóficos, provoca a emancipação da consciência política, pressupondo a afirmação da liberdade, uma vez que, o sujeito passa a construir um papel social, deixando de ser um agente reprodutor do elitismo e passa ter função de protagonista do saber na sociedade, pois, assim, pode devolver à educação a sua afirmação libertária (WEFFORT, 1967).

O saber arbitrário, de acordo com o pensamento freiriano, não é democrático, este seria se enquanto o indivíduo buscasse o conhecimento também pudesse se reconhecer dentro de um grupo privilegiado, entre eles os que governam, os que escrevem a ciência ou ainda os que tomam as decisões para a vida em sociedade. Pergunta-se, pois, como é possível o sistema promover aulas de democracia, ou no caso da década de 1980, manter o discurso de igualdade e educação para todos, se não permite que aquele que ora está submisso socialmente chegue ao poder e de lá possa falar por aqueles que são seus pares?

Nesse contexto, ao transportar o pensamento para realidade desta década, a educação a distância (EaD) e os debates sociais entram em discussão, pois há um contraponto a se fazer com o saber democrático, esta modalidade de ensino pode levar o acesso a diferentes classes sociais, diferentes localidades que não possuem acesso aos grandes centros universitários, escolas de formação técnica, entre outros. Neste limiar, depara-se com a falta de acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs, (que não pode ser confundida neste cenário com TDIC –

Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação), que possibilitem a democratização ao ensino como preconiza a o Plano Nacional da Educação (PNE) em suas metas de 1 a 12, seja na Educação Infantil, no Ensino Fundamental, Ensino Médio bem como no Ensino Superior.

A afirmação de Francisco Weffort, *ex*-ministro da Cultura no Governo de Fernando Henrique Cardoso, fazendo uma reflexão sociológica sobre uma pedagogia da liberdade na abertura da obra de Freire "Educação como Prática de Liberdade", traz uma proposição que merece destaque ao dialogar sobre acesso à educação e políticas públicas que tornariam esse acesso possível.

Weffort diz:

> [...] O saber democrático jamais se incorpora autoritariamente, pois só tem sentido como conquista comum do educador e do educando. Não é possível, diz Paulo Freire, "*dar aulas de democracia e, ao mesmo tempo, considerarmos como "absurda e imoral" a participação do povo no poder*. [...] Toda a separação entre os que sabem e os que não sabem, do mesmo modo que a separação entre as elites e o povo, é apenas fruto de circunstâncias históricas que podem e devem ser transformadas. (FREIRE, 1967) citado por WEFFORT, 1967, p. 12)

Cabe fazer o contraponto de que as metas para a educação preveem a universalização e o acesso ampliado à educação em várias etapas do ensino, a partir de sua escrita em 2014, enquanto a fala do autor é do período em que de longe se pensava em democratizar o país e a educação.

A situação atual da educação, no cenário pandêmico de mais de dois anos e que ainda está em andamento, expôs as necessidades dos brasileiros e a falta de acesso a serviços considerados básicos como saúde, segurança e educação, esta última ficando ainda mais em evidência pelo seu caráter urgente culminando questionamentos, acerca do que foi feito entre as décadas 1980 e 2022. Questiona-se: ao longo de quarenta anos, o que foi feito pela educação, tem sido suficiente para que ela avançasse?

As metas do PNE do último decênio vão até 2024, e os números da evolução apontados ainda não apresentam o resultado esperado.

Embora a elite da época retratada na obra de Freire sugestionasse a ideia de que a educação poderia promover o progresso de uma sociedade, nunca aderiu a esta prática, uma vez que que possui privilégios sociais que a coloca numa posição de não se ver num grupo de baixas expectativas, isso, porque está em evidência, que estes têm acesso à educação de qualidade na educação básica, e, quando se observa o ingresso no ensino superior, se constata que a categoria, que mais necessita de apoio para chegar até lá, é a classe dita popular, pois a elite, ou seja, as famílias mais abastardas possuem poder aquisitivo para se inserirem em tais espaços de privilégio, como é a universidade pública e escolas de alto padrão no *ranking* educacional.

Para corroborar esta menção, observa-se a Medida Provisória com força de lei editada pelo presidente Jair Bolsonaro e pelo Ministro da educação Milton Ribeiro (sancionada em 26 de maio último) que altera as regras de acesso ao Prouni (Programa Universidade Para Todos) criado em 2004 e mantido pelo Governo Federal para facilitar a entrada de estudantes de baixa renda no ensino superior.

Antes alunos de escola pública e de escolas privadas que foram bolsistas bem como pessoas com deficiência, por exemplo, poderiam ter acesso ao programa de forma exclusiva, como uma forma de reparação social pelo acesso à educação. Com a atual MP (Medida Provisória) em vigor (MPV 1.075/21), amplia-se o acesso dos alunos que estudaram em escolas particulares sem bolsa, o que quer dizer que alunos oriundos de colégios particulares, com poder aquisitivo considerado bom, poderão

também se beneficiar do programa — concorrendo da mesma forma que os alunos de poder aquisitivo menor ou nenhum. Contudo, continua a exigência de renda mensal per capita. Especialistas entendem que tal medida vai de encontro à proposta do programa que é de democratizar o ensino no país e que ampliará a desigualdade social e maior exclusão dos mais pobres, pois de acordo com o Censo da Educação Básica apenas 12,26% dos estudantes matriculados no ensino médio estão em escolas privadas, reforçando mais uma vez o que já fora discutido acerca da educação como benesse de uma classe dominante.

Com isso, retoma-se a mesma questão anterior, de Weffort, (1967, p. 13), sustentado em Freire, diz que "[...] os grupos das elites, agarrados aos privilégios, não se contentam com a ideia, que eles próprios nunca tomaram a sério, de que a educação é " a alavanca do progresso", apesar de a educação ser posta como solução para as desigualdades sociais, tese defendida por muitos educadores e pesquisadores, a elite não se preocupa em inserir esta pauta como algo de relevância e que se torne uma prática na sociedade, para que haja educação pública de qualidade, acessível e permanência nos espaços escolares e universitários com alcance de todos que dependem desta ferramenta para a própria emancipação.

Esta emancipação, defendida por Weffort, Freire e outros, acaba sendo delegada a *outrem* quando o Estado, que é o responsável por ela, assume o compromisso de fornecer educação de qualidade e de forma irrestrita e não comparece com a efetividade necessária, pois isso abre um *déficit* intelectual de proporções quase irreparáveis, até mesmo irresponsáveis, visto que receber subsídios a serem destinados à educação e não fazer a aplicação correta e direta nela, não trará os resultados desejados ou previstos, além de conotar a falha no processo de condução deste capital e de sua aplicabilidade.

A avaliação da aprendizagem escolar, uma análise necessária

Na abordagem de educação como ferramenta capaz de desenvolver uma sociedade, erradicar a desinformação, de fomentar a participação nas decisões de classes e de lutas em defesa de posicionamentos capazes de conduzir a democracia tal qual países mais desenvolvidos, de forma geral, dá-se à educação essa incumbência. Contudo, para medir a educação e a sua capacidade de defender posicionamentos, é necessário que de forma estruturada ela esteja no âmago de uma sociedade como uma das políticas públicas de maior urgência, caso contrário, a escola fica sendo apenas mais uma tarefa na lista de prioridades não atendidas como tantas outras.

A escola é feita de pessoas e de processos, por isso, do ponto de vista sociológico, deve ser regida por ferramentas que sejam capazes de avaliar se:

a) o que é ensinado em sala de aula está à altura do que deve ser aprendido;

b) esta avaliação ao ser executada não está sendo feita a partir de uma perspectiva excludente, que tire do estudante o seu desejo de aprender;

c) que esta ferramenta seja utilizada com a finalidade de estimular e devolver ao aluno a vontade de querer fazer mais e melhor sem torná-lo mais um número das lentes arcaicas de uma educação que no passado já foi usada como fonte de dominação e de controle.

É preciso ficar claro para os estudantes que aos poucos a avaliação escolar colabora para o modelo ideal de educação, que emancipa e não aprisiona, contudo, ao falar de libertação total do estudante, deve-se observar a crítica desenvolvida por Saviani que

> A função da educação é a reprodução das desigualdades sociais. [...] E a educação, longe de ser um fator de superação da marginalidade, constitui um elemento reforçador da mesma. [...] Toda tentativa de utilizá-la como instrumento de superação da marginalidade não é apenas uma ilusão. É a forma pela qual ela dissimula e, por isso, cumpre eficazmente a sua função de marginalização. Todos os esforços, ainda que oriundos dos grupos ou classes dominados, reverte sempre no reforço dos interesses dominantes (SAVIANI, 2021, p.17).

E no contexto de luta por democracia e autonomia, diante da afirmação de Saviani, ao desromantizar a visão de escola e enxergá-la como aparelho de Estado, há que se questionar, por que a escola apresenta esta visão separatista?

No modelo de educação aplicado pela escola da atualidade, observa-se que esta questão é respondida por Demerval Saviani (2021), que devemos reter a concepção crítico-reprodutivista que aprendemos:

> A escola é determinada socialmente; a sociedade em que vivemos fundada no modo de produção capitalista, é dividida em classes com interesses opostos. Portanto a escola sofre a determinação do conflito de interesses que caracteriza a sociedade. Considerando-se que a classe dominante não tem interesse na transformação histórica da escola, [...] segue-se uma teoria crítica [...] que só poderá ser formulada do ponto e vista dos interesses dos dominados. (SAVIANI, 2021, p. 25)

Entende-se que este modelo de educação aplicado na atualidade não funciona, porque tem causado abismo entre os estudantes e o real conceito de educação para a vida, e ao desconstruir estes conceitos compreendemos que a escola vem lutando para cada vez mais ser um lugar de emancipação, porém neste último século, como a exemplo da luta de Freire nas décadas de1960 a 1980, a visão separatista tem sido comum no cotidiano escolar e que isso precisa ser desconstruído.

No momento que a classe dominante se sente ameaçada pela emergência da classe dominada, ao mesmo tempo que o letramento informacional cresce cada vez mais, e abre os olhos da comunidade escolar para a autonomia, traz consigo de forma automática a emancipação. Quando o indivíduo conecta -se com a informação consegue tomar decisões, mais do que isso, é capaz de questionar a tudo e a todos (DESCARTES, 2016).

Assim, quando o estudante repensa a educação e tem contato com os métodos utilizados para avaliá-lo, este indivíduo passa a ter consciência da sua responsabilidade, porque a libertação e a emancipação são pilares necessários para afirmá-lo como cidadão pensante e para diferenciá-lo da massa. A essa crítica Saviani classificou como “otimismo pedagógico” da educação, existente na década de 1920 em que já se pensava a educação como instrumento de participação política.

Pode-se imaginar exagero comparar a compreensão de educação como instrumento de participação política nos dias atuais, se comparado com o período de vários movimentos organizacionais como ocorreram no passado, contudo é mister que em tempos de redução de verbas destinadas à pesquisa, da desvalorização do magistério, do negacionismo científico e, consequentemente, da educação, é importante fazer a leitura da crítica do autor e comparemos se há ou não semelhança do pensamento deste e a forma de encarar a educação pela hegemonia atual.

Em 1970, a exemplo das décadas anteriores, novas críticas foram feitas, corroborando o mesmo pensamento, porém desta vez de acordo com a Lei 5.692 e da educação aplicada às classes populares, Saviani diz

> Sem conteúdos relevantes [...] e significativos, a aprendizagem deixa de existir, ela transforma-se num arremedo, ela transforma-se numa farsa. [...] porque o domínio da cultura constitui instrumento indispensável para a participação política das massas. Se os membros das camadas populares não dominam os conteúdos culturais, eles não podem fazer valer os seus interesses, porque ficam desarmados contra os dominadores, que se servem exatamente desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar a sua dominação. O dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação. (SAVIANI, 2021, p. 45)

Ainda em concordância com o autor, o pensamento de dividir as responsabilidades para tentar buscar a solução para o problema educacional por acreditar que existe uma luta de interesses entre a classe dominante e a classe dominada não tem importância se aqueles que estão sendo explorados sequer assimilam os instrumentos pelos quais eles possam se organizar para sair da condição de exploração.

É necessário, desta forma, trabalhar para colocar o fim no tecnicismo educacional que se baseia em atingimento de objetivos propostos, como mecanismos de ensino e aprendizagem, se não é traçado um método para o “saber construir”, significa que os alunos e professores tornam-se meros executores de tarefas e propostas da sala de aula para a reprodução de conteúdos sem a observância de critérios capazes de emancipá-los de verdade, e dar ao aluno sentido ao que se estuda.

A escola não vai deixar de passar questões de multiplicação no caderno do aluno, e ele vai armar e efetuar as continhas sem nunca saber qual a aplicabilidade delas na vida, terão diplomas para colocar na parede sem saber qual a sua real finalidade!

O professor tem se comportado igual, desde antes de Freire, com o método de preparar as tarefas para que o aluno as execute, em um modelo que diverge da pedagogia progressista, pois esta já privilegia a formação de cidadãos conscientes, que estaria mais próxima daquele formato defendido por Freire o qual utilizou o cotidiano do aluno para emancipá-lo, seja pela alfabetização, seja pelo letramento, sempre pensando em tornar o aluno autônomo, por meio de um modelo liberal de aprendizado ou ainda no modelo tecnicista, desde que o aluno tivesse consciência do que sabia e de o que precisava aprender.

A crítica social que é feita a este modelo de pedagogia tem a ver com a liberdade que a escola precisa conceder aos seus estudantes, liberdade esta que requer autonomia para pensar por si, tomar as decisões necessárias para o ingresso no mercado de trabalho de forma espontânea e consciente e não leva à condução política e social a partir de decisões estritamente tecnicistas, se não, voltaríamos ao cenário de 1964 aquele a qual Freire sempre criticou.

A partir desta dialética do entendimento de educação com o passar dos anos, leva-se à compreensão de que a avaliação para a aprendizagem se condiciona ao momento histórico-social, ou seja, às condições de existência material de determinada época sob influência política equivale a um tipo de educação para cada período político, sempre se repetindo para atender a classe que domina, seja às oligarquias seja à classe política que responde àqueles que no poder os puseram.

A transformação da prática não se daria pelo domínio ampliado ou acesso a técnicas, ao mesmo tempo, não depende apenas da vontade individual, mas vem sendo moldado de acordo com o cenário político, econômico e social que o estudante

é submetido, ambiente controlado por interesses políticos que de tempos em tempos são renovados no poder, mas os interesses são os mesmos, de sempre se manterem no controle por meio das suas famílias e dos seus legados.

A avaliação e a educação como práticas emancipadoras

Analisar as práticas de avaliação da aprendizagem dos estudantes que atualmente são aplicadas nas atuais instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, é sempre um desafio, pois mesmo que haja o discurso da emancipação do aluno por meio da avaliação e a promessa da aferição dos conhecimentos pelas competências específicas, no intuito de identificar uma nova forma de aprender e de ensinar, acaba-se ainda por se deparar com avaliações desenhadas com perguntas e respostas no formato em que o aluno precisa responder exatamente aquilo que o professor pergunta, seja porque a cultura do aluno é querer saber exatamente o que o professor pensa quando questiona, seja porque o sistema de ensino ao qual está submetido opta por um esquema de avaliação que não abre espaço para diálogos e discussões em torno do ato de avaliar, ou ainda porque o professor deseja evitar a inquisição de pais e alunos que habituados em sistemas arcaicos de avaliação, ainda não se enxergam enquadrados em um sistema de avaliação emancipatório.

Quando o aluno está submerso em uma avaliação que se pergunta e responde automaticamente, ele ainda está no mesmo esquema o qual seus pais foram educados, que são os mesmos mecanismos utilizados na década de 1970 e 1980 aos quais Paulo Freire criticava, da mesma forma que Saviani, quando afirma na época da ditadura militar no Brasil, uma vez que a orientação da educação era baseada nos modelos americanos com ideias de racionalidade, produtividade e eficiência, surge a análise dos modelos de ensino que não promovem a criticidade, sendo exemplo disso a pedagogia tradicional, pedagogia nova e a pedagogia tecnicista, porque faltavam elementos históricos e sociais da educação (SAVIANI, 2021).

Contudo, ao observar a massa das avaliações no Brasil, vê-se que

> As provas escritas e outros instrumentos de verificação são meios necessários de obtenção de informação sobre o rendimento dos alunos. A escola, os professores, os alunos e os pais necessitam da comprovação quantitativa e qualitativa dos resultados do ensino e da aprendizagem para analisar e avaliar o trabalho desenvolvido [...].
> Portanto se os objetivos e conteúdos são adequados às exigências da matéria e as condições externas e internas de aprendizagem dos alunos e se o professor demonstra verdadeiro proposito educativo as provas dissertativas ou objetivas, o controle de tarefas e exercícios de consolidação e outros tipos de verificação são vistos pelos alunos como efetiva e ajuda ao seu desenvolvimento metal, na medida que mostram evidências concretas da realização dos objetivos propostos (LIBÂNEO, 2013, p. 218-219).

Se as avaliações oficiais das escolas do Brasil são quase sempre questionários com múltiplas escolhas em que o aluno quase sempre é induzido a erro ao responder, porque o que se pergunta acaba por ser uma “pegadinha” ou um trocadilho dos conteúdos escritos nos livros, esta realidade precisa ser mudada. Ao que parece o aluno está condicionado a este sistema.

Libâneo critica ainda este formato de avaliação encontrado nas escolas, porque o aproveitamento tem sido medido por uma espécie de controle de médias quantitativas das notas obtidas nas provas (LIBÂNEO, 2012) e ainda que

> [...] Os professores não têm conseguido usar os procedimentos de avaliação – que, sem dúvida, implicam o levantamento de dados por meio de testes, trabalhos escritos etc. – para atender a sua função educativa. Em relação aos objetivos, funções e papel da avaliação na melhoria das atividades escolares educativas, têm-se verificado na prática escolar alguns equívocos que convém explicitar.
> O mais comum é tomar a avaliação unicamente como o ato de aplicar provas, atribuir notas e classificar os alunos. O professor reduz a avaliação à cobrança daquilo que o aluno memorizou e usa a nota somente como instrumento de controle. [...] Tal ideia é descabida, [...] porque a atribuição de notas visa apenas o controle formal, com o objetivo classificatório e não educativo [...]. (LIBÂNEO 2012, p. 218).

Ao analisar a contribuição de Libâneo, abre-se para pautar as crenças de que este formato de avaliação não para por aí, porque ele permeia a metodologia da educação básica brasileira, consequentemente, resvala no ensino superior, e mais adiante na seleção, aprovação e promoção de agentes alienados, pois a emancipação já não existe mais diante da barbárie que se torna o ciclo vicioso da avaliação no país.

Adiante, observa-se dados que já corroboravam com este pensamento desde a década de 1980,

> Os dados educacionais nacionais revelam que entre as 1.000 crianças que ingressam anualmente na primeira série do primeiro grau, 560 não são, ao final do ano, aprovados para a segunda série. Ou evadiram-se ou foram reprovados na escolaridade. Isso quer dizer que 56% da população escolar, que anualmente ingressa na primeira série do primeiro grau, não chegam ao patamar da série seguinte. Dessas mil crianças, somente 180 chegam ao final do primeiro grau e, aproximadamente, sete ingressam na Universidade (BRANDÃO, 1983, p. 22).

Há um processo intenso de repetência e evasão da escolaridade, pois desde a década de 1930, reconhece-se o fenômeno das altas taxas de evasão escolar e nada de concreto se tem feito para sanar essa situação.

Contudo, cabe ao educador refletir qual é o nível de educação que pode ser chamada de qualidade, e o que é preciso para que essa educação seja de fato interessante para o aluno, pois se em algum momento o estudante não se identifica com o que é ensinado e não encontra sentido prático para a vida, ele não vai fomentar a busca pelo conhecimento, e os componentes curriculares trabalhados não passarão de mera formalidade.

Nesta perspectiva, cabe ao profissional da educação ter em mente que “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 2020, p. 47).

Neste cenário, a realidade de avaliação das escolas atuais vem mostrando um resultado de desinteresse, ansiedade e medo por parte dos alunos pelo método de avaliar, pois o que seria para apontar as falhas para mostrar se os alunos aprenderam, passou a ser ação individual de aprendizagem, e precisamos converter isso em um método de ensino pelo qual o aluno aprende, o professor aprende, a escola aprende e a sociedade aprende.

A “sociedade que aprende” poderia ser o lema de uma escola que ajuda o aluno a aprender e ao avaliá-lo deixando à vontade para questionar, trazer novos saberes para que o professor aprenda junto, pois de acordo com esse entendimento, Luckesi acredita que a avaliação passa a ter o objetivo de ajudar o professor a conhecer se seus atos e recursos pedagógicos são satisfatórios, além de auxiliar na autoconstrução do educando através de aprendizagens bem sucedidas, e em caso

negativo, seu procedimento será corrigir suas ações, para obter melhores resultados (LUCKESI, 2011).

O currículo escolar, a avaliação e a educação utilizados como instrumentos para a promoção da liberdade social

Um dos grandes desafios docentes no cenário de avaliação tem sido a aplicação do currículo escolar adaptado para a realidade da escola. Levando em consideração que currículo e avaliação precisam andar juntos para que não haja o distanciamento entre *ensino* e *aprendizagem*[1], o trabalho do professor tem se intensificado ao tempo que se tornado penoso,

> [...] em conexão com as reformas curriculares, foi adotada desde o início dos anos 1990 a avaliação em larga escala, por influência de organismos financeiros internacionais. Com a realização de exames/testes estandardizados, que as escolas e os professores são induzidos a realizar seu trabalho em função das diferentes matrizes curriculares de referência utilizadas para a elaboração dos testes/exames. Assim, os testes/exames passam a ser a referência para o currículo, e não os currículos básicos ou diretrizes curriculares definidas nacionalmente [...]". (LIBÂNEO, 2012, p. 255),

e sendo assim, ao seguir as diretrizes da escola, sem a liberdade de utilizar o método de avaliação mais indicado para determinada turma, o professor continua reproduzindo o discurso de que a avaliação é emancipatória e a pregação de que deve usar a avaliação como prática de vida e de liberdade, mas tem a poda todas as vezes que tenta fazer uma avaliação inovadora, seja porque a escola ainda pede que se aplique testes e formulários tradicionais, seja porque os estudantes ainda não foram preparados para a nova aplicação de avaliação em que se considere, não somente o local onde ele se encontra, mas leve em consideração o percurso que levou até chegar até aquele lugar.

Pensando nesta liberdade de aprendizado, Libâneo (2012) propõe que haja uma nova forma de organização tanto na gestão escolar quanto em novas formas de ensinar, afinal, a sociedade está em constante mudança e para que as transformações ocorram, o estado deveria descentralizar a organização das escolas tornando-as gratuitas e não públicas[2], ou seja, dar autonomia para os pais escolherem os sistemas de ensino e torná-los acessíveis a todos independentemente da classe social, mantendo a responsabilidade de fornecer educação para todos, com o estado mantendo a educação universal, ao tempo que fornece liberdade.

Assim, todas as crianças deveriam ter a primeira fase escolar de qualidade e, para isso, o estado poderia conceder acesso à escola privada por meio de convênios, dividindo a responsabilidade com as escolas, transformando-as em autônomas, tanto no currículo quanto financeiramente, pois nenhuma escola é igual a outra, e como cada localidade tem suas especificidades, entende-se que aquilo que é ideal para determinada escola, levando em consideração o seu público, talvez não seja igual para outra. Esta ideia corrobora com o pensamento de avaliação que também é defendida por Haydt (2008), pois embora as adaptações curriculares aconteçam, a escola deve ser a responsável por conhecer seu público e as suas características,

[1] Paulo Freire define ensino como uma especificidade humana e ele prioriza a necessidade de o professor saber escutar o educando, sendo o diálogo a sua principal ferramenta em que no processo de ensino-aprendizagem ambos os sujeitos aprendem e ensinam (FREIRE, 2020).

[2] A proposta é que existisse escolas particulares em que o Estado daria condição de acesso à população que se interessasse através de bolas, *voucher* convênio etc., assim manteria o padrão de escola particular aos alunos de escola do nível "escola pública".

para adequar o ensino ao perfil de escola correspondente, evitando replicar métodos de educação que não condizem com a realidade escolar do estudante.

Na perspectiva de Libâneo (2012), ao repensar o currículo e o planejamento escolar em prol de uma educação emancipadora, entende-se que ambos precisam ser convergentes e devem caminhar passo a passo na direção da mudança, e o caminho menos doloroso é que deve ser percorrido, uma vez que um complementa o outro. Os passos que precisam ser dados para atingir as metas propostas para a educação, não devem ser dolorosos, da mesma forma que não o é o ato de ensinar e de aprender, mesmo que às vezes não sejam os mais indicados, tal posicionamento também se aplica para a avaliação, pois ela serve para verificar:

- Se os métodos utilizados para medir se o aluno aprendeu foram eficientes;
- Se a quantidade de aprendizado, condiz com o quanto se pretendia ensinar;
- Se avaliação tem sido suficiente para garantir que o aprendizado seja contínuo.

O olhar crítico para o currículo deve trazer para a escola a maturidade necessária para que a avaliação seja trilhada por todos os envolvidos no processo, além de torná-la um instrumento interno capaz de medir além do resultado dos alunos, mas demonstre o desempenho da própria escola, e se os resultados obtidos pelos alunos forem eficientes, estes podem comprovar que a atuação docente e da escola são eficazes, corroborando com a qualidade do trabalho desenvolvido pela unidade escolar.

Por outro lado, realizar a avaliação externa da escola também é necessário, e não apenas saber se o conteúdo que o estudante de determinada sala absorveu era o esperado.

Avaliar a gestão da escola e o seu o funcionamento é tão importante quanto, pois a avaliação escolar precisa acompanhar os resultados do rendimento dos alunos.

As análises qualitativas do progresso dos alunos devem resvalar na avaliação da escola, e assim caracterizá-la como uma instituição que, além do caráter formativo dos alunos a escola, também aprende e passa a ser exemplo para outras escolas de modo que ela precise se destacar e tornar-se competitiva.

Para Hoffmann (2009), a educação brasileira e, em particular, a escola como instrumento final, tem sido pródiga em construir barreira de modo que o acesso à educação não ocorra, não importando qual a perspectiva que se observe, porque a evasão e a aprovação estão muito abaixo do que se espera, e isso se dá graças ao modelo como se avalia o ensino e a educação.

Segundo esta autora, Hoffmann (2009), muito tem falado em inserir a criança e adolescente em sala de aula a qualquer custo, ela critica também que sala de aula cheia não significa necessariamente qualidade do ensino, levanta-se com isso uma polêmica que merece ser repensada, e ainda há o que se discutir sobre o papel docente nesse cenário. Será que os professores não estão contribuindo para a elitização do ensino público, justificando esta defasagem com o discurso da exigência de que é necessária a manutenção de um ensino de qualidade?

A partir desta perspectiva, Hoffmann (2009) traz esta provocação sobre a necessidade discutir o sentido da educação e da chamada de “qualidade”, pois de acordo com a autora

> [...] muitas crianças nas escolas não significam necessariamente qualidade (o número maior de alunos pode inclusive significar índices de proporcionalmente maiores de reprovação e evasão na escola pública se não forem discutidos os significados de tais índices)”. (HOFFMANN, 2009, p. 17).

Dessa forma, ela continua no discurso não apenas de avaliar o aluno, mas mantê-lo na escola, reforçando a permanência e a continuidade dos estudos, o que faz sentido, pois sendo assim a emancipação do estudante se dá por vários fatores e alguns deles aqui já abordados, que vai desde o acesso à sala de aula, perpassa os métodos de avaliação, chegando até a formação docente.

O que sustenta a fala de Hoffmann é que

> [...] é preciso atender para o fato de que uma escola de qualidade é a que dá conta, de fato, de todas as crianças brasileiras, concebidas em sua realidade concreta. O caminho para o desenvolvimento é uma educação igualitária, que acolha os filhos dessa geração em conflito e projete essa geração no futuro, conscientes do seu papel numa possível transformação. Se essa criança desde logo for considerada como de um futuro impossível, não terá nem um tempo justo de provar o quanto poderemos contar com ela. (HOFFMANN, 2009, p. 18).

Esta construção de uma escola emancipadora e a compreensão do sentido de avaliação capaz de mudar o pensamento dos estudantes são um ponto que simula a utopia, se levar em consideração que a sociedade vem sempre abordando o discurso de que se deve abolir o sistema de avaliação tradicional, com a realização das provas obrigatórias em um regime arcaico de sistema de aplicação de notas que a escola tem aplicado, os professores têm encarado esse sistema como se fosse uma eliminação do sistema de avaliação, e a história da educação brasileira tem sido esta de, ao final do ano, classificar um aluno com base na nota que ele se encaixa.

A este mecanismo de avaliação, Hoffmann classifica como uma espécie de compreensão equivocada do que vem a ser um método construtivista de ensino, pois quando os pais (inclusive) se assustam com a “falta de correção” das atividades nos cadernos dos filhos, em que a “competição”, para saber a nota que ele teve, vem causar no filho uma sensação de “estar na frente dos outros”, e este processo de migrar da avaliação classificatória da correção das tarefas com as notas em formato de *ranking* passa a ser vista com melhor aceitação quando o aluno é levado a formular questões e respostas que o levem a pensar de uma forma usual e mais aplicada.

Que tal, ao invés de fazer uma conta de adição e subtração, ajudar o aluno a fazer uma simulação de compra no supermercado, para aprender a usar o dinheiro como forma de comprar e devolver o troco ao colega? Não seria essa uma ideia construtivista de ensinar a matemática?

A reflexão, que Hoffman (2009) traz acerca do seu entendimento de avaliação, é capaz de despertar a compreensão de que o “encaixotamento” do saber e ao final do ciclo a classificação da nota *versus* a forma como o docente tem encarado a questão da avaliação e a da progressão do aluno, só mostra que ele, o docente precisa trabalhar a sua forma de avaliação, para que o aluno aprenda e não necessite apenas de um número ao final do ano para informar se ele vai ou não avançar para a série seguinte, porque se os professores aplicam as avaliações com o pensamento de que precisam comprovar ao final do ano que os alunos têm os resultados esperados pelo sistema de ensino, logo, esta comprovação será desnecessária, porque, em breve, mesmo que o aluno não saiba o que se foi trabalhado, será aprovado. Isso não é emancipação, pois quando não há aprendizado e nem criação das condições de pensar a educação não há a formação da autonomia que Freire destacava quando dizia, que

> “o professor que ironiza o aluno, que o minimiza, que manda que “ele se ponha em seu lugar” ao mais tênue sinal de rebeldia legitima, tanto quando o professor que se exime do cumprimento de seu dever de propor limites à liberdade do aluno, que se furta ao dever de ensinar, de estar respeitosamente presente à experiência formadora do educando [...] (FREIRE, 2020, p.58-59).

Tal concepção reafirma o compromisso de que a educação é feita de processos e que não há como se falar em educação e avaliação emancipadora sem falar do contexto que a criança vive, e da quebra desses paradigmas e destes conceitos, os quais foram construídos bem antes da inserção na escola destas crianças que hoje estão em sala de aula da educação básica, mas da sociedade que criou esta educação e que vive há décadas pensando do mesmo jeito tecnicista das décadas de 1960 e 1970, que, ao que parece deseja continuar com o mesmo pensamento por não acompanhar o processo de evolução da educação e da escola.

A avaliação emancipadora em Freire e a autonomia democrática docente

Falar em Paulo Freire, seu legado de vida e sua relevância na educação é redundante, pois seu nome já fala por si, por isso, antes de partir para suas filosofias educacionais, é necessário fazer um breve recorte da história do educador e citar fatos que o levaram a ser um pesquisador e estudioso de destaque a nível mundial, pois isso é necessário para compreender o seu ponto de partida da aplicação pedagógica e até onde chegou trazendo a alfabetização como prática de libertação.

Freire foi um educador reconhecido internacionalmente; desde seu nascimento em 1921 até 1997 data de seu falecimento, tendo atuado em prol de pessoas menos favorecidas por meio da educação. Importantes nomes da educação brasileira e do mundo reconhecem sua relevância e destacam a biografia do pedagogo. Moacir Gadotti (1996), amigo íntimo do professor, é um dos que fazem uma breve revisita à vida de Freire, ao chamá-lo de “famoso”:

> Este famoso educador, Paulo Reglus Neves Freire, no Brasil e no exterior apenas conhecido como Paulo Freire, nasceu em Recife, PE [...] Estrada do Encanamento, 724, Bairro da Casa Amarela, Recife, Pernambuco, em 19 de setembro de 1921, filho de Joaquim Temistócles Freire e de Edeltrudes Neves Freire (GADOTTI, 1996, p. 27).

Além disso, acentua-se nas suas obras incontáveis contribuições científicas sobre o que ele diz a respeito da educação, por meio de obras publicadas em formatos de livros, filmes, entrevistas que de certa forma levaram seus ideais e proposições de uma educação libertária e conscientizadora não só para o Brasil, mas para o mundo, pelo formato de educação que prioriza a cultura da liberdade e a prática educativa emancipadora.

Em sua obra “Educação como prática de liberdade”, com primeira edição em 1967, Paulo Freire descreve e explica o que hoje conhecemos como “Método Paulo Freire”, um ensaio com suas vivências durante seu exílio ocasionado pelo golpe militar de 1964, contexto em que se encontra sua produção.

Nesta situacionalidade, pôde desenvolver a atividade ou movimento de alfabetização de adultos e consequentemente foi lançado o livro citado.

Com isso grande influência na cultura política e na história do país foi despertada, principalmente pelas reuniões e encontros de cultura, idealizados por Freire, para emancipação, conscientização política e vivência cultural que dialogam

vivências com as outras, promovendo a alfabetização, libertação social, intelectual e cultural dos estudantes.

Com pressuposto de um alfabetizador é comum ouvirmos no cotidiano sobre "o método de Paulo Freire", isso tornou-se tão corriqueiro que nos meios de comunicação as pessoas criticam ou até promovem debates acalorados utilizando a referência deste estudo do pedagogo.

No senso comum e até mesmo dentro da comunidade acadêmica, muito se tem falado desta filosofia como "Método Paulo Freire", porém, de acordo com Pallarés-Piquer (2018) citado por Bassiano e Lima (2018), não existe um método de alfabetização denominado de "Método Paulo Freire", trata-se mais de uma teoria do conhecimento ou filosofia de educação do que de um método de ensino propriamente dito.

Esta afirmação sustenta-se quando se aprofunda nos métodos de alfabetização e do desenvolvimento da leitura e da escrita conhecidos, onde se encontra os métodos sintéticos, globais, analíticos, (MORTATTI, 2000) ou ainda fônicos, fonéticos, silábicos na concepção da pesquisadora Magda Soares (SOARES, 2021), além de estudos realizados por nomes como Ana Teberosky e Emilia Ferreiro, (FERREIRO, 1984) mas não se depara com o "método de alfabetização de Freire" o que em decorrência das pesquisas apontadas, considera-se inexistente como tal.

Freire preocupava–se em difundir uma educação e a maneira de ensinar que levasse o educando à consciência, sendo sujeito crítico e livre para pensar, por isto, formulou esta filosofia de trabalho utilizando métodos fonéticos e silábicos já existentes, voltada à educação, mais conhecida como método, caracterizado em três momentos dialéticos, que segundo Bassiano & Lima (2018), citados por Moacir Gadotti, são:

> a) a investigação temática, pela qual aluno e professor buscam, no universo vocabular do aluno e da sociedade onde ele vive as palavras e temas centrais de sua biografia;
> b) tematização, pela qual eles codificam e decodificam esses temas; ambos buscam o seu significado social, tomando assim consciência do mundo vivido; e
> c) a problematização, na qual eles buscam superar uma primeira visão mágica por uma visão crítica, partindo para a transformação do contexto vivido (GADOTTI, 1996, p. 79).

Bassiano & Lima (2018), baseados em Freire, destacam, neste modelo de educação, a importância do diálogo entre educador e educando para se fazer uma leitura de mundo, em que o professor não será o centro e tampouco o detentor do saber, o professor deve ter o objetivo de desenvolver uma prática e metodologia de alfabetização para que os aprendizes mudassem sua realidade, tendo como estopim na década de 1950, com origem do interior da Recife, denominado de MCP – Movimento de Cultura Popular, por isso, os grupos reunidos com finalidade de serem alfabetizados recebiam o nome de círculo de cultura, em que se fazia a leitura de objeto social, da comunidade e sua representação das vivências e do mundo em que o estudante fazia parte.

Isso fez em Freire uma grande diferença, porque ao tratar o adulto como uma figura autônoma capaz de aprender o mundo pela própria prática não apenas colocou em voga um método de certa forma construtivista como despertou uma questão política no debate da educação.

A questão que permeia o “método” que Freire utilizou é: como pode um adulto aprender a ler, questionar o mundo e fazer perguntas ao sistema de educação posto por meio das compreensões cotidianas? Como é possível práticas de liberdade serem apreendidas e aplicadas de uma forma educacional e política, em um cenário em que se deveria aprender a ler e escrever utilizando as cartilhas autorizadas pelo então sistema de ensino da época?

É claro que esta prática traria desconforto pelo fato de trazer mais provocações filosóficas e inquietações do que os métodos tradicionais de ensino, haveria um processo disruptivo que culminou no que chamam popularmente de “método Paulo Freire”, com essa propositura Gadotti, diz que

> O professor é um profissional do sentido. Diante dos novos espaços de formação (diversas mídias, ONGs, Internet, espaços públicos e privados, associações, empresas, sindicatos, partidos, parlamento...), o novo professor integra esses espaços e deixa de ser lecionador para ser um “gestor” do conhecimento social (popular); o profissional que seleciona a informação e dá/constrói sentido para o conhecimento; um mediador do conhecimento. “Gestor” aqui significa construtor, organizador, mediador, coordenador. (GADOTTI 2011, p.69).

E ainda, na perspectiva desta mediação de conhecimentos, Gadotti faz proposituras que corroboram com o novo modelo de educação experienciados e considerados ideias, porque pensa a educação de forma leve, e dá ao professor o seu devido reconhecimento.

> O novo profissional da educação precisa perguntar-se: por que aprender, para quê, contra o quê, contra quem. O processo de aprendizagem não é neutro. O importante é aprender a pensar, a pensar a realidade e não pensar pensamentos já pensados. Mas a função do educador não acaba aí: é preciso pronunciar-se sobre essa realidade que deve ser não apenas pensada, mas transformada. Muitas vezes, não vemos sentido no que estamos ensinando. E nossos alunos também não veem sentido no que estão aprendendo (GADOTTI 2011, p.70).

Todos estes pontos de convergência retomam à emancipação e às práticas de liberdade apoiados em Freire, pois o modelo de profissional apontados quase cinquenta anos, após o exílio de Freire, já era anunciado à época em um regime político totalitarista, hoje, depois de tanto tempo, continua-se lutando pelos mesmos ideais de liberdade e de emancipação na escola democrática, que embora exista, ainda se luta para conquistar de fato essa democracia.

A avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições

> O erro na verdade não é ter um ponto de vista, mas absolutizá-lo em desconhecer que, mesmo do acerto de seu ponto de vista, é possível que a razão ética nem sempre esteja com ele (FREIRE, 2011, p. 12).

Luckesi, (1999 *apud* FREIRE), defende que a ética universal sobrepõe a um ponto de vista de quem observa, e é importante ter um olhar crítico para um problema ou uma situação, principalmente, na educação, pois quando envolve várias áreas, a exemplo da avaliação que não existe por si, mas existe para a quem serve, ela ganha as conotações filosóficas, políticas e técnicas da atividade de quem lhe subsidia, (LUCKESI, 1999, p. 10). Isso significa que no cenário atual de educação, em que as práticas de liberdade se confundem com o tecnicismo travestido de indicadores em que o sistema tenta demonstrar a todo custo como emancipadores, que informa os

dados daqueles que outrora detém os interesses de que a escola apresente bons resultados, quando na realidade, ao olhar com um pensamento crítico, é possível entender qual o real estado das escolas e o que elas precisam fornecer. Identifica-se aí, a escola real e a escola dos sonhos.

Os alunos, que desconhecem operações matemáticas básicas, têm dificuldades cada vez maiores para desenvolver um texto mais complexo, apresentam incapacidade de escrever uma redação científica mesmo após terem concluído o ensino médio, conforme apontam os estudos da Avaliação Nacional de Alfabetização, que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou em 2016, em que 54% dos estudantes acima de oito anos de idade, continuam insuficientes em leitura.[3]

Mesmo assim, é difícil compreender o real significado de educação e como as escolas se mantêm. É difícil apostar em bons resultados da educação nas escolas, quando em pesquisa realizada por determinado veículo de comunicação, concluiu-se que cerca de 800 universitários de uma Instituição de Ensino Superior de Brasília foram avaliados e deste total pelo menos 50% sofrem com o analfabetismo funcional, o que significa que não conseguem compreender o que leem.[4]

Na atual conjuntura de sociedade, devemos entender que as escolas são (ou pelo menos deveriam) ser lugares de formação de cidadãos críticos, um lugar onde deveria haver a oportunidade deles formarem seus próprios conceitos, ideias e valores, mas a prática atual de avaliação tem se pautado em uma pedagogia do exame, apenas para saber se os alunos estão tendo boas notas (LUCKESI, 1999). Mesmo assim, pouco se tem questionado se estes alunos estão aprendendo. Isso Luckesi chama de “fetiche”

> Fetiche. Ao longo da história da educação moderna e de nossa prática educativa, a avaliação da aprendizagem escolar, por meio de exames e provas, foi se tornando um fetiche. Por fetiche entendemos uma “entidade” criada pelo ser humano para atender a uma necessidade, mas que se torna independente dele e o domina, universalizando-se. (LUCKESI 1999, p. 23).

Diante disso, podemos observar a realidade das nossas escolas que usam o que seria uma parte do processo de ensino escolar- a avaliação- para mostrar como está o processo de ensino-aprendizagem como uma forma de democratização, se tornou um meio de disciplinamento social que caso não atinja o objetivo esperado estará sujeita a fracassar, tendo como resultados o medo, a insegurança e inúmeros problemas psicológicos nos sujeitos que lá atuam.

Conceitos e práticas autoritárias educacionais em torno da avaliação escolar

De acordo com Luckesi,

> [...] do ponto de vista da aprendizagem escolar, poderá ser definitivamente classificado como inferior, médio ou superior. Classificações essas que são registradas e podem ser transformadas em números e, por isso, adquirem a possibilidade de serem somadas e divididas em médias. Será que o inferior não pode atingir o nível médio ou superior? (Luckesi, 1999, p. 34).

Se a avaliação perde a finalidade de classificar o quanto o aluno conhece e o quanto aprendeu a partir das suas notas ou mesmo de acordo com o comportamento,

[3] Pesquisa divulgada no Jornal da USP em 13/11/2020 e pode ser consultada em: https://jornal.usp.br/?p=370207

4 Pesquisa publicada em: https://folhapolitica.jusbrasil.com.br/noticias/113329087/pesquisador-conclui-que-mais-da-metade-dos-universitarios-brasileiros-sao-analfabetos-funcionais.

é o reflexo do que está ocorrendo hoje, por exemplo, nas falas verbais dos professores.

> *"- Se não prestar atenção não vai conseguir fazer a prova", "- Se a turma não colaborar vou aplicar prova surpresa", "- Se tirou nota ruim e porque não prestou atenção na aula", "- Para vocês a prova vai estar difícil porque não presta atenção", "- Se não... "*

Frases cotidianas como estas fazem os alunos terem medo da avaliação, bem como os levam a não se comportarem de acordo com determinado padrão imposto, sob risco de desclassificá-los, e enquanto os pais esperam no final do bimestre, notas e classificação de seus filhos de acordo com os resultados, estes transformam a avaliação em um instrumento de classificação em *ranking*, que, como já vimos nesta discussão, em nada contribui para a transformação, apenas torna a avaliação em um jogo de "passa e reprova".

Nesse sentido, mediante a narrativa exposta, é "[...] extremamente eficiente para a conservação da sociedade, pela domesticação dos educandos" (LUKESI,1999, p. 43). Esta chamada "domesticação" leva o aluno a vários sentimentos e comportamentos negativos, pois forma indivíduos carregados de culpa e de limitações que interessam apenas à sociedade patriarcal, carregada de preconceitos e tabus, na qual vivemos, tabus ao redor do ensino, da aprendizagem e do comportamento dos estudantes, pois este sim interessam aos conservadores, visto que "[...] a sociedade conservadora não suporta existir sem os mecanismos de controle internalizados pelos indivíduos — a culpa é, assim, muito útil." (LUCKESI, 1999 p. 53).

A tal domesticação da educação corrobora para que o ensino e a aprendizagem de má qualidade cresçam exponencialmente, além de ser uma atitude desrespeitosa e antidemocrática, não permitirão aos educandos acesso a nenhum processo que tenha a intenção de emancipá-los, uma vez que a escola deve se manter **um espaço de aquisição de conhecimentos** (grifo nosso) e troca de ideias.

Entende-se que ao cometer falhas no processo de aprendizagem, estas servem de molas propulsoras de aprendizagem, pois o estudante aprende a perceber quando retoma experiências não tão positivas.

Tornar o erro uma chave para novos aprendizados é papel docente, contudo, usar a sua falha como forma de controle social e de desmerecimento ao aluno que falha, beira o mau-caratismo, pois o papel tanto da escola quanto do professor é trabalhar para o desenvolvimento cognitivo do aluno para que tanto a educação e a escola sejam cada vez mais democráticas.

Considerações Finais

A avaliação será emancipadora quando a escola começar a trabalhar a liberdade como objeto da educação, com possibilidade de convidar os estudantes a abandonarem o lugar-comum estagnado ao longo da história, caso contrário, continuará sendo apenas um método automático de aferição do aprendizado com base nas perguntas e respostas elaboradas sobre um contexto de leitura automática.

O presente trabalho expôs os conceitos de educação e de avaliação, além de tecer críticas aos métodos de avaliação que se pressupõem emancipadores, mas continuam privilegiando a classe elitista, assim como a educação ao longo dos séculos. O debate sociofilosófico que permeia a avaliação e as críticas à escola pretendem levar o leitor a compreender os conceitos de avaliar e levá-lo a fazer a intersecção dos caminhos que a educação se encontra, em contraponto ao que representou nas décadas "pré-Freire", para que a partir daí seja possível traçar novos paradigmas na direção da emancipação social e cidadã.

Reconhece-se que o ato de avaliar, se tratando de um processo contínuo e interdisciplinar, precisa mais do que nunca ser um instrumento capaz de apresentar ao cidadão a educação para a prática da vida, como uma ferramenta política, inovadora que desperte no estudante o mesmo sentimento de libertação que mudam e crescem de acordo com o repertório adquirido pelo discente e, também, pelo docente ao longo da vida.

Referências

BASSIANO, Victor. LIMA, Claudia A. de. **Educação emancipatória na perspectiva de Paulo Freire.** Revista Pedagogia Universitaria y Didáctica del Derecho. VOL. 5 NÚM. 2 (2018) – PÁGS. 111 – 122.

BRANDÃO, Zaia. **Evasão e repetência no Brasil: a escola em questão**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

DESCARTES, René. **Meditações Metafísicas**. São Paulo : Edipro, 2016.

FERREIRO, E. **Reflexões sobre Alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1984.

FREIRE, Paulo. **Educação e Política** (Reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da Liberdade). In: FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática da autonomia. 65ª ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2020.

HAYDT, R. C. C. **Avaliação Do Processo Ensino-Aprendizagem**. 6ª ed. - São Paulo: Editora Ática, 2008.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade.** Porto Alegre: Mediação, 2009.

LIBÂNEO, J. C. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.** 10ª ed. (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos) São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, Elvira Souza. **Avaliação na Escola**. São Paulo, SP: Sobradinho 107 Ltda ME, 2003.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 17ª ed. São Paulo, SP: Cortez, 2005.

MORTATTI, M. R. L. **Os sentidos da alfabetização**: São Paulo – 1876/1994. São Paulo: Ed. UNESP: Brasília: MEC/INEP/COMPED, 2000. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf>.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 44ª ed. Campinas, SP. Autores Associados, 2021.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. 7a ed. - São Paulo: contexto, 2021. 192p.